

Conferência Livre de Mulheres do Ramo Financeiro elegeu representantes que defenderão propostas da categoria por igualdade salarial



Aconteceu na tarde desta quinta-feira (17), na capital paulista, a Conferência Livre de Mulheres: a luta pela igualdade salarial no ramo financeiro, organizada pela (Contraf-CUT). Essa foi uma das 12 conferências livres organizadas pelas mulheres do ramo financeiro no âmbito de um programa maior e que irá culminar na 5ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (5ª CNPM), organizada pelo Ministério das Mulheres, entre os dias 29 de setembro e 1º de outubro, em Brasília.

“Empoderar as mulheres no debate político é lutar por um mundo melhor para todos os gêneros. O cenário é que os espaços de disputa política ainda são, em sua maioria, ocupados por homens. Mas nós, mulheres, somos 51% da população. Então, precisamos seguir lutando por uma sociedade justa e que será muito melhor para todo mundo”, observou a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, na abertura do evento.

Neiva Ribeiro, uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários, reforçou a relevância da presença das mulheres bancárias em espaços de debate e mobilização. “É muito importante estar numa conferência de mulheres bancárias. É uma das categorias que mais interfere no debate no mundo da classe trabalhadora brasileira”, afirmou.

Vitória do povo: Lula veta aumento de cadeiras na Câmara

O presidente Lula vetou o aumento no número de deputados na Câmara, que passaria de 513 cadeiras para 531. A decisão foi publicada nesta quinta-feira (17/07), após o projeto ter sido aprovada no Senado, em junho. Segundo pesquisa da Quaest, 85% dos brasileiros são contra a ampliação, sendo assim, a medida é bem vista pela população, que desde os princípios da República brasileira tem difícil acesso ao que acontece no poder Legislativo.

A decisão do presidente era aguardada, pois é inegável a ineficácia e tamanha corrupção na instância parlamentar. Aumentar o número de cadeiras seria dar mais espaço para a regalias imorais, além de intensificar a sensação de impotência constante do povo brasileiro. Lula justifica o veto de forma óbvia: é contrário ao interesse público e impacta o orçamento não só da União, como de entes federativos.

O tema foi colocado em questão depois que o STF (Supremo Tribunal Federal), exigiu a proporcionalidade na distribuição de cadeiras em relação ao número de habitantes de cada estado, ou seja, poderiam ser ampliadas ou reduzidas, e como era de se esperar, a inclinação foi para o crescimento.

O veto é uma vitória do povo e reafirma a posição do governo em defender o que é de interesse da população, no entanto, o Congresso Nacional pode derrubá-lo, decisão que desrespeitaria a vontade do povo brasileiro.